

SANTO AUGUSTO, ENTRE IDAS E VINDAS: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS OCORRIDOS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Maria Stela Paris*

Vinicius Brondani Linke**

Airton Adelar Mueller***

Martinho Luis Kelm****

Denize Grzybovski*****

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os movimentos migratórios ocorridos em Santo Augusto, um pequeno município do noroeste do estado Rio Grande do Sul/Brasil, desde sua emancipação política, na década de 1950, até o ano de 2017, investigando sua constituição, colonização, povoamento, dinâmica populacional e economia interna. O fenômeno migratório é contemporâneo nos estudos do campo sociológico, histórico e do desenvolvimento; sua origem é tanto econômica quanto social, e provoca mudanças na estrutura das cidades e do campo, bem como aumento/redução do lugar onde se vive. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva desenvolvida pela estratégia estudo de caso. O processo de coleta de dados é caracterizado como uma pesquisa

* Mestranda no Curso de Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGDR/UNIJUÍ), Ijuí, Brasil. E-mail: stela_paris@hotmail.com

** Mestrando no Curso de Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGDR/UNIJUÍ), Ijuí, Brasil. E-mail: vinilinke@gmail.com

*** Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin, Alemanha. Docente do Programa de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil (PPGDR/UNIJUÍ). E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

**** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil. (PPGDR/UNIJUÍ). E-mail: martinho@unijui.edu.br

***** Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC) na Universidade de Passo Fundo. Professora convidada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: denize.grzybovski@unijui.edu.br

documental e entrevista, com abordagem qualitativa de dados. O estudo mostra que, desde sua existência, o município sempre apresentou oscilações em seu número de habitantes; que o poder público, assim como os órgãos ligados à agricultura, tenta conter o êxodo, por meio de ações que visem ao fortalecimento econômico local; e, ainda, que apesar de muitos não verem perspectiva de mudança, a maioria dos moradores torce e prefere acreditar que fatos novos surgirão, para que o município alcance o desenvolvimento desejado.

Palavras-chave: Movimentos Migratórios. Êxodo Rural. Desigualdades Sociais. Desenvolvimento Humano. Santo Augusto.

Introdução

Migração é um fenômeno social que tem despertado o interesse de pesquisadores do mundo todo, tornando-o um tema contemporâneo no campo da Sociologia, em especial na área de Planejamento Urbano. E, de acordo com Lewis (1963); Singer (1980); Marandola Jr. e Dal Gallo (2010); Grzybovski e Tedesco (2013), um processo social que vai além dos mecanismos do mercado de trabalho no plano econômico, inserindo-se em um amplo debate sobre as mudanças/transformações que provoca em vários planos, tanto em nível individual quanto coletivo. A partir dos estudos acadêmicos dos movimentos migratórios, é possível propor políticas públicas, tanto em nível regional, quanto global.

Este artigo foi elaborado com base em um levantamento sobre a migração, o êxodo rural e as desigualdades regionais no Brasil, objetivando compreender o processo migratório no país e, em especial, no município de Santo Augusto, estado do Rio Grande do Sul, desde a sua emancipação, na década de 1950 até os dias atuais. A escolha deste município se deu pelo fato de ele já ter tido mais habitantes que o número atual de moradores (fenômeno observado em vários municípios gaúchos), e também porque, em vez do índice populacional ser crescente, há uma oscilação constante nos números. Para a realização do trabalho, além das informações básicas, procurou-se fundamentar cada assunto com conceitos teóricos,

conferindo valor científico ao estudo. A análise do fenômeno migratório em Santo Augusto foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas e levantamento de dados da constituição, colonização, povoamento, dinâmica populacional e economia interna do município.

O estudo se justifica pela perspectiva do desenvolvimento regional, pois o fenômeno migratório tem sua origem, tanto na dimensão econômica quanto social, e sua ocorrência provoca mudanças na estrutura das cidades (meio urbano) e em muitas regiões; transformações no campo (meio rural), seja pelo aumento/redução populacional, seja pela alteração do comportamento do povo no lugar onde se vive, e da estrutura do lugar. Como coloca Lee (1980), o indivíduo, de forma racional – após analisar o custo-benefício do movimento –, decide se empreende ou não a mudança, seja ela permanente ou temporária, de residência.

Os resultados desta investigação são apresentados em quatro seções, além desta Introdução. A primeira seção aborda o método utilizado. A segunda traz os fundamentos teóricos a respeito do fenômeno migratório no contexto global, bem como suas correntes teóricas de investigação. Na terceira seção, são apresentados os dados referentes à pesquisa empírica, retratando os altos e baixos do município analisado; a questão do êxodo rural local que, a exemplo do que ocorre por todo o país, é acentuado e a luta do poder público municipal e dos órgãos locais para conter o abandono das zonas urbana e rural. E na quarta seção, as análises e Considerações Finais sobre o estudo.

Método

Este estudo constitui-se de uma investigação teórico-empírica, incluindo revisão bibliográfica e pesquisa de campo, sobre o município de Santo Augusto/RS. A revisão da literatura especializada foi realizada entre junho de 2016 e setembro de 2017, na qual se efetuou uma consulta a livros,

reportagens e documentos sobre a história de Santo Augusto, presentes na Biblioteca Municipal, Centro de Cultura do município, Prefeitura e imprensa local, e também a artigos científicos relacionados ao tema, através de busca no banco de dados do Scielo e da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Unijuí.

Os critérios de inclusão para os estudos encontrados foram as abordagens sobre questões relevantes para a análise de movimentos migratórios ocorridos no município pesquisado, no período compreendido entre 1950 até os dias atuais, que contribuíram para o atual perfil sociodemográfico da região.

Em seguida, decidiu-se adotar o método de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, apropriado para o tipo de análise pretendida. Tesch (1990, p. 55) assinala que “[...] na investigação qualitativa, o pesquisador reúne informações que não podem ser expressas em números”; em compensação, o pesquisador se envolve de forma intensa com os entrevistados. No caso do estudo em questão, optou-se pela pesquisa de campo junto a moradores, pioneiros, escritores, historiadores e empresários, durante a qual se constatou tal envolvimento, principalmente pela satisfação da população de referência em compartilhar suas vivências e conhecimentos sobre o assunto.

A análise dos dados obtidos foi feita com base nos argumentos teóricos da pesquisa e na avaliação do conteúdo das respostas abertas apresentadas nas entrevistas, além de informações, documentos e estudos fornecidos por órgãos e instituições locais, estaduais e nacionais.

Portanto, com este trabalho, pretende-se contribuir não apenas para a ampliação dos estudos relacionados ao tema mas também para uma reflexão sobre os fenômenos migratórios já verificados, e os que ainda ocorrem nesta parte do estado do Rio Grande do Sul.

Considerações iniciais sobre migrações

Os movimentos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade, e pelos mais variados motivos, sejam

eles econômicos, políticos, sociais, religiosos, étnicos, culturais, ambientais, familiares, dentre outros, as pessoas deixam o lugar onde vivem e partem para outras localidades. A migração é um processo social que vai além dos mecanismos do mercado de trabalho no plano econômico e se insere em um amplo debate sobre as mudanças/transformações que provoca no plano social, cultural e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo (LEWIS, 1963; SINGER, 1980; MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010; GRZYBOVSKI; TEDESCO, 2013). É um debate que desafia reflexões contemporâneas sobre o desenvolvimento da sociedade moderna (BRITO, 1996). As migrações fazem parte do processo de mobilização social, sendo consideradas necessárias e funcionais para a modernização da sociedade dos países em desenvolvimento (GERMANI, 1970).

Historicamente, as migrações são determinadas por intermédio da modalidade de industrialização, do progresso técnico que impõe uma racionalidade econômica, ou seja, a industrialização capitalista gera economias de aglomeração, reorganizando espacialmente as atividades econômicas e seu povo (DURHAM, 1984). Decorrem desse movimento as migrações internas, justificadas economicamente como necessárias. E elas realmente se tornam um mecanismo de redistribuição da população segundo os interesses do processo de industrialização (SINGER, 1980). Nessa perspectiva, os migrantes são uma classe em movimento, e são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, como um processo social determinante. No caso dos países em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais, que se intensificam com o próprio processo de industrialização, são causas fundamentais nesse processo social (SINGER 1980).

O migrante é considerado um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar (GRZYBOVSKI; TEDESCO, 2013) e, portanto, é capaz de desenhar os seus caminhos de um território de forma a atender a suas necessidades, sejam elas de segurança (migração em razão das guerras) ou econômicas (geração de renda). Nesse

sentido, afirma Brito (2007), pode-se considerar cada migrante como se fosse um “empresário de si mesmo”, procurando a localização ótima para o seu “capital humano”.

Lechner (2007) descreve o fenômeno migratório como uma experiência de descontinuidade e ruptura, ainda que temporária, que altera a trajetória pessoal e as relações sociais/familiares estabelecidas. Em suas palavras:

Esta experiência provoca um deslocamento do sentimento de si que pode concorrer para o mal-estar existencial ou mesmo para a doença. Ela corrobora a importância da dimensão territorial do processo, afirmando que na migração “as identidades são inter-territoriais [*sic*] e o sentimento de pertença quase extra-territorial [*sic*], desafiando formas convencionais de representação das identidades. (LECHNER, 2007, p. 81).

Por essas questões complexas que envolvem o fenômeno migratório, os teóricos construíram diferentes abordagens para estudá-lo. Conforme aponta Singer (1980), por muito tempo os estudos dividiram-se entre o aporte neoclássico-funcionalista e o estruturalista. Entre aqueles que se filiam à primeira abordagem, Lee (1980) apresenta a teoria da modernização. Em outra corrente, Singer (1980) propõe a Teoria do Desenvolvimento. No enfoque de Lee (1980), encontra-se o indivíduo que, de forma racional, após analisar o custo-benefício do movimento, decide se empreende ou não o deslocamento. Na base dos deslocamentos populacionais, estaria o desenvolvimento econômico. Portanto, segundo este autor, migração seria um movimento relacionado à mudança, seja esta permanente ou não, de residência. Nas palavras do autor:

Não se põem limitações com respeito à distância de deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna. [...] processo migratório é seletivo devido a diferenças com relação à idade, a gênero e à classe social, que afetam o modo

como as pessoas respondem aos fatores de atração e repulsão (*push-pull*), e estas condições também dão forma a suas capacidades de superar obstáculos com relação à migração. Além disso, fatores pessoais, tais como educação, conhecimentos, conhecimentos sobre a população receptora, relações familiares etc. podem facilitar ou retardar a migração. (LEE, 1980, p. 99).

A todo o momento, pessoas deixam suas cidades de origem rumo a outras para ficar permanentemente ou apenas morar por um tempo (determinado ou não). Embora os fluxos migratórios no Brasil, durante o século XX, tenham sido mais intensos nas décadas de 1960 e 1970, as quais Brito (2009) denomina como “fase de transição demográfica”, a circulação ainda é intensa. Oliveira e Oliveira (2011) constataram que as trocas interestaduais, no período 1995-2000 foram de 5 milhões de pessoas, e as principais correntes migratórias foram de retorno no contrafluxo, visto que o nordeste brasileiro apresenta os maiores percentuais de retornados dentre os imigrantes. No Brasil, conforme se pode observar nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011), do Século XVI até o ano de 1996 do século XX, vários fluxos migratórios ocorreram, impulsionados por diversas atividades econômicas, dentre as quais se destacam as seguintes: criação de gado, mineração, cultura do café, cultura do algodão, indústria, extração da borracha, construção de Brasília e a agricultura de um modo geral.

Brito (2007) comenta que se pode compreender, mediante teorias econômicas e sociológicas analisadas, que o paradigma que lhes serve de pano de fundo tem, como referência normativa, o fato da maciça transferência de população das áreas agrícolas tradicionais para as regiões urbanas industriais, ser não apenas necessária como também positiva, para o desenvolvimento da economia capitalista e para a modernização da sociedade. A migração, desse modo,

[...] é um processo social inerente ao desenvolvimento do capitalismo, e a racionalidade envolvida na decisão

de emigrar leva a uma decisão favorável à emigração, apesar dos custos sociais, econômicos e psicossociais envolvidos. A migração, portanto, tende a ser familiar e definitiva, e é a alternativa mais racional, economicamente, em direção a uma melhoria das condições de vida ou a uma mobilidade social. (BRITO, 2007, p. 11).

Para os países em desenvolvimento, o fenômeno migratório representa um aspecto positivo, pois é apresentado como um processo de colonização do território, que, no Brasil, consta como uma política pública na sua constituição (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013). Lewis (1963) afirma que este é um processo de transferência do excedente populacional, associado à própria história do progresso material de um país. Esse fenômeno aparece como um movimento de povos entre países, mas também de migrações internas, como ocorre em pequenos municípios brasileiros, cuja população migra para grandes centros urbanos (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013). A migração interna pode ocorrer por necessidade de transferência de mão de obra de um setor agrícola tradicional para o setor industrial mais avançado, por exemplo, devido ao progresso técnico.

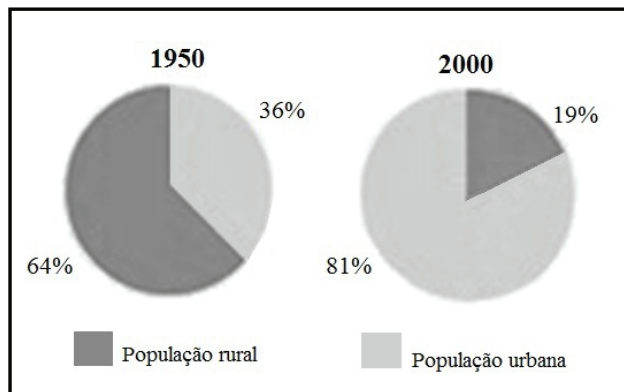
Os dados demográficos do IBGE¹ sobre a população brasileira demonstram a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas. Na década de 1970, a população rural do Brasil tinha aproximadamente 41 milhões de habitantes; já na década de 1980, esse número caiu para 38,5 milhões; e na década de 1990, houve nova queda, chegando a 33,8 milhões de habitantes, o que corresponde a uma participação de 44,1%, 32,4% e 22% da população total do país, respectivamente.

O êxodo rural acelera a urbanização, afirmam os referidos autores, mas o crescimento das cidades brasileiras é cada vez menos influenciado pelo êxodo rural. Pelas estimativas feitas do êxodo rural em relação ao crescimento da população urbana, no período entre 1991 a 2000, 33,1% do crescimento da população urbana foi contribuição do êxodo rural. Já no

1 De acordo com Censos realizados pelo órgão em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

período de 2000 a 2007, a contribuição do êxodo rural caiu para 19,2% (ALVES; MARRA, 2009, p. 6).

Figura 1 – Populações rural e urbana do Brasil no período 1950-2000



Fonte: IBGE (2016).

Em 2010, o Censo demográfico do IBGE mostrou que o número de pessoas que moram em áreas rurais continua diminuindo no país, porém em um ritmo menor que na década anterior. Conforme a pesquisa, a população rural no país perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, o que representa metade dos 4 milhões que foram para as cidades entre os anos 1990 e 2000.

Rauber et al. (2009), em estudos realizados na região Sul do Brasil, mostram que no caso do Pampa Gaúcho, por exemplo, a dinâmica demográfica do rural contemporâneo aponta para dois novos e preocupantes processos: o envelhecimento e a masculinização rural. De acordo com o artigo “O esvaziamento do Pampa Gaúcho: uma análise a partir do envelhecimento e da masculinização rural na Apa do Ibirapuitã”, elaborado pela autora juntamente com outros três pesquisadores da UFSM e da UERGS, “[...] as mulheres e os jovens estão deixando o campo, e partindo para as cidades em busca de melhores oportunidades; e o Pampa Gaúcho está se tornando um deserto”.

Há consenso entre os pesquisadores de que a grande mudança constatada nos últimos anos tem sido a de que o êxodo rural generalizado vem sendo convertido num processo bastante mais seletivo, que preferencialmente remete às cidades a população jovem e altamente produtiva (ANJOS; CALDAS, 2005, p. 673).

A evasão, que ocorre tanto no campo, quanto na cidade, atinge uma quantidade considerável de municípios. Mueller (2017) destaca que durante a década, entre os últimos dois censos demográficos realizados no Brasil (2000-2010), mais da metade (52%) dos municípios gaúchos vivenciou uma redução absoluta de sua população, o que se deu de maneira particularmente acentuada no noroeste do estado. Abordando a problemática sob as contribuições teóricas de Amartya Sen, particularmente a partir de seu conceito de Agência e das correlatas noções de Poder e Controle, o autor buscou mostrar que o aspecto subjacente ao fenômeno migratório, ao que tudo indica, é a carência de oportunidades reais (Capacidades) neste conjunto de municípios perdedores de população.

Ao analisar-se cada uma das dimensões do desenvolvimento (Emprego/Renda, Educação e Saúde) este aspecto ficou mais claro e compreensível. Mostrou-se que é, sobretudo, a dimensão econômica aquela mais diretamente associada com a perda populacional. Ou seja, é a dimensão Emprego/Renda que apresenta as piores médias para o grupo que perdeu população. (MUELLER, 2017, p. 14).

Compartilhando da mesma opinião, Meihy e Bellino (2008) comentam que tais fluxos migratórios internos representam transformações de um território cujos residentes apresentam a necessidade de conquistar melhor qualidade de vida, seja instrumentalizando-se via moradia ou profissão. Então, explicam os autores, o indivíduo migra na expectativa de conquistar a segurança econômica e adquirir posses, legitimando sua decisão de migrar. Contudo, ponderam os pesquisadores, o desejo de retorno nele permanece como outro

sonho, sendo o primeiro alimentado pela decisão metafórica da viagem e a expectativa de estabelecer novos laços sociais. O segundo sonho, do retorno, de demonstrar para os que ficaram (parentes, amigos de infância, colegas de escola, vizinhos, outros) a concretização de seus objetivos pessoais.

A questão migratória e as desigualdades regionais

Para Singer (1980), os movimentos populacionais expressam as desigualdades criadas pela acumulação capitalista, as quais, em geral, resultam de contradições no processo de valorização que favorecem algumas regiões, em contrapartida à desvalorização de outras. Entretanto, ressalta o autor, como o capital está sempre em movimento, dependendo dos interesses específicos das diferentes frações de capital, regiões dinâmicas e estagnadas podem mudar de configuração com o tempo. Assim, essas desigualdades podem ser encaradas como um dos principais motivos que guiam as migrações para as áreas mais dinâmicas nos moldes capitalistas.

As desigualdades regionais referem-se às desigualdades entre regiões, Estados e cidades. No Brasil, existem vários tipos de desigualdades sociais; no entanto, as desigualdades não se limitam apenas a fatores como cor, posição social ou raça. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra como a população de um determinado lugar está vivendo, segundo a qualidade de vida, renda *per capita*, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, expectativa de vida, qualidade dos serviços públicos (saúde, educação e infraestrutura em geral).

A partir desses fatos, verifica-se que, dentro de um país, pode haver vários tipos de desigualdades que, por sua vez, podem ser decorrentes de vários fatores (históricos, econômicos, sociais etc.). É o caso do Brasil, onde algumas regiões são muito mais ricas que outras. Conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro (FJP), divulgados no final de 2016, os índices de qualidade de vida no país apresentaram melhorias

entre 2011 e 2014 entre as unidades da federação, e as que possuem os melhores indicadores são, Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina (AMORIM, 2017). Em relação a 2011, o que ocorreu foi a inclusão do estado de Santa Catarina entre as regiões com melhor IDH do País.

É justamente por causa das desigualdades que o fluxo migratório é grande. As várias realidades, onde riquezas, sejam elas de origem econômica ou social, surgem como uma verdadeira redenção para muitos, que já não veem futuro no lugar onde vivem, e acabam provocando migrações consideráveis.

Singer (1980) observa que o principal gerador das migrações internas estaria relacionado com as desigualdades regionais. No lugar de origem, surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança e fatores de estagnação, e no lugar de destino, estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais para onde se destinariam. “O principal fator de atração seria a demanda por força de trabalho, também entendida como oportunidades econômicas [...] as migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1980, p. 219). No local de destino, afirma Singer (1980), a emigração produzida pelos fatores de mudança teria uma melhor probabilidade de sucesso. Trata-se da mobilidade social provocada pelas relações de produção capitalista. Conforme Ferreira (1992), o processo perverso das migrações não está relacionado à liberdade do indivíduo, mas às estruturas que o impulsionam.

A população não migra por um direito à liberdade de locomover-se na busca de algo melhor ou por livre opção de escolha de moradia. Ela se desloca porque é impelida, coagida por estruturas econômicas, políticas e sociais e ideologicamente injustas, que, privilegiando as classes dominantes, condenam milhões de famílias a um desenraizamento sem fim. (FERREIRA, 1992, p. 19).

Baeninger (2008) comenta que, a partir dos anos 1980 e ganhando destaque nas décadas seguintes, observamos uma nova dinâmica nas migrações internas no país. O autor se refere ao deslocamento da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, que em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, reemigração, outras etapas, tornando as migrações mais reversíveis.

E neste contexto, da busca por oportunidades, em estados com melhores condições de vida, as migrações seguem ocorrendo no país, conforme aponta a pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), divulgada pelo IBGE, em 2014. De acordo com os levantamentos, a região Centro-Oeste do Brasil foi a que registrou maior número de migrantes em 2013. O Estado de Mato Grosso foi o que registrou maior aumento porcentual no número de moradores vindos de outros estados. O porcentual de brasileiros que moram em Estados diferentes dos de origem manteve-se praticamente igual de 2012 – 15,6% em 2012 contra 15,8% em 2013 (31,8 milhões de pessoas). Já os brasileiros que decidiram mudar de cidade são 39,4% da população, ou 79,4 milhões de pessoas. O Nordeste, como em 2012, é a região com menos moradores não naturais, apenas 7,5% da população. O Estado que registrou a menor quantidade relativa de residentes nascidos em outros lugares do país é o Rio Grande do Sul. Em 2013, 5% da população (465 mil habitantes) do Estado veio de outra região, o menor porcentual do país. Em 2012, era 4,2%. Rondônia e Roraima ocupam os segundo e terceiro lugares entre os Estados mais habitados por migrantes, que representam 45,6% e 45,2%, respectivamente, dos residentes.

Assim, é “[...] forte a tendência de, na escala interestadual, as Unidades da Federação apresentarem como resultado das trocas, Índice de Eficácia Migratória, classificado como de

rotatividade” (BAENINGER, 2008). Deve-se mencionar, também, que os deslocamentos de população no Brasil

[...] tiveram um período intenso, que foi marcado pelos anos 1960 – 1980, quando grandes volumes de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação de urbanização e caracterizando áreas de expulsão e emigração: Região Nordeste e os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e áreas de atração ou forte imigração populacional – núcleo industrial, formadas pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. (ERVATTI, 2003, p. 29).

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma muito acelerada em comparação com os países de industrialização mais antiga. Em 1950, o Brasil possuía 64% de sua população residente na zona rural e, após 50 anos, esta reduziu para apenas 19%.

Ressalta-se que as regiões bastante industrializadas e em constante crescimento, como a região Sudeste, estão mais propícias aos impactos do movimento migratório interno, que vão de aumento da população até o aumento nos índices de violência e de trabalhadores desempregados, já que, muitas vezes, a oferta de empregos acaba se tornando escassa diante de um alto contingente de migrantes em uma cidade.

A região sudeste, a mais evoluída do país economicamente, é destino de milhares de migrantes, grande parte do nordeste. Entre as décadas de 1930 e 1970 havia uma migração massiva do Nordeste para o Sudeste. No entanto, no fim do século, na década de 1990, o IBGE observou forte migração de retorno (volta para casa), do Sudeste para o Nordeste. Apesar do censo de 2010 do IBGE ter mostrado que a migração de retorno do sudeste para o nordeste continuava, mas vinha perdendo força, a mesma pesquisa levantou que, ao contrário do que se via no passado, São Paulo e Rio de Janeiro apresentavam um percentual maior de saída da população em direção a outras regiões e cidades do interior do que o percentual de chegada,

embora estas sejam cidades que continuem crescendo em aspecto populacional (IBGE, 2010).

A profusão de abordagens teóricas sinaliza o quanto está fragmentada a busca pela apreensão da forma como se manifesta a mobilidade espacial da população, principalmente no período tratado como pós-modernidade. De qualquer forma, seja chegando ou saindo dessas cidades, os dados apontam que os motivos da migração, na grande maioria, são a busca de melhores oportunidades de emprego e a fuga do trânsito caótico e da violência das megalópoles. E, nesse sentido, ao procurarem por tranquilidade e uma melhor qualidade de vida, muitos acabam se mudando de São Paulo e de outros grandes centros para cidades interioranas, dentre elas, a pequena e, de certa forma ainda tranquila, Santo Augusto, no Rio Grande do Sul.

Resultados e discussão

Santo Augusto: limites e potencialidades em seu desenvolvimento

O município de Santo Augusto localiza-se na denominada Região Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul, distante 346 km da capital gaúcha, em uma área conhecida como “Região Celeiro”. Foi criado em 1959, possuindo, de acordo com o censo do IBGE de 2010, 13.968 habitantes; e, por estimativa do IBGE de 2016, tem atualmente 14.341 habitantes. A área territorial do município é de 468 Km²; o IDH é de 0,739%². Incorpora a Associação dos Municípios da Região Celeiro, a Amuceleiro³, fundada em 1970.

No censo do IBGE de 1991, constatou-se que o município já chegou a ter 17.832 habitantes. Parte da diferença em relação ao atual número divulgado pela instituição deve-se à emancipação de alguns distritos. Porém, mesmo após esse período, a população “encolheu” mais um pouco, conforme o censo dos anos 2000 e 2010. O *site* do Conselho da Justiça

2 Obtido a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, divulgado pelo PNUD, IPEA e FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, do IBGE.

3 Associação que tem por finalidade associar, integrar e representar judicialmente e extrajudicialmente os municípios da região, na formulação de diretrizes para descentralização político-administrativa, fortalecendo a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios integrantes.

Federal⁴ traz a informação de que em 1996, Santo Augusto possuía 15.137 habitantes, ou seja, já tinham ocorrido todas as emancipações registradas na história do município. Ainda assim, o número de habitantes era maior do que o verificado dez anos depois (13.968), e até mesmo que o atual (14.341). Foram 20 anos de estagnação; e como observa Singer (1980), este é um fator de expulsão de moradores locais, que acarreta as migrações. O índice de eleitores também pode servir de parâmetro para se ter uma base dos movimentos migratórios em uma determinada localidade. Na região em questão, há um problema histórico quanto ao número de eleitores, tendo em vista que muitas vezes as pessoas migram e não transferem seus títulos, ou fazem seus títulos no município mesmo sem residir neles, por razões político-partidárias. No caso de Santo Augusto, o número de eleitores tem se alternado constantemente, demonstrando as eventuais chegadas e partidas que ocorrem devido às oportunidades que surgem, tanto no município, quanto fora dele, conforme atesta Brito (2007, p. 11): “[...] migração é a alternativa mais racional, economicamente, em direção a uma melhoria das condições de vida ou a uma mobilidade social”. De acordo com dados do Cartório Eleitoral de Santo Augusto, no ano 2000 havia no município, 11.259 eleitores. Em 2010, este número caiu para 11.218; em 2016, subiu para 11.842; e até maio de 2017, ocorreu mais uma ligeira queda: 11.813 eleitores.

Outro dado significativo é o número de nascimentos e óbitos registrados pelo Serviço de Registros Públicos do Município e Comarca de Santo Augusto. Da década de 1950 até os dias atuais, foram registrados no local, 35.550 nascimentos, e 5.940 óbitos; assim, pelos registros, nasceram quase 30.000 pessoas a mais do que morreram nesse período, um número que representa mais que o dobro da população atual de Santo Augusto. Parte desta diferença, como se sabe, está nas emancipações ocorridas, e também no fato de algumas crianças nascerem no hospital local, mas não pertencerem ao município. Como não existem dados de quantos registros de nascimento referem-se especificamente a

crianças moradoras de Santo Augusto, nem de quantas pessoas deixaram o município nesse período, estimativas referentes a eventuais migrações e emigrações ficam apenas no terreno das hipóteses. O que se sabe ao certo é que a população tem oscilado desde a de emancipação do município, contando hoje com praticamente o mesmo número de moradores da década de 1970, como pode se observar na Tabela 1.

Tabela 1 – População de Santo Augusto, por sexo – Período de 1970 e 2010

Sexo	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	14.812	17.462	17.832	14.426	13.968
Homens	7.523	8.874	8.888	7.103	6.811
Mulheres	7.289	8.588	8.944	7.323	7.157

Fonte: IBGE (2010).

Uma pesquisa do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE-RS), realizada em 2015, aponta um número maior de habitantes em Santo Augusto atualmente: 15.057 pessoas, ou seja, 700 moradores a mais do que a estimativa do IBGE divulgada em 2016, que é de 14.341 habitantes. Desse total, ainda segundo a mesma pesquisa, 68,6% (10.335 habitantes) fazem parte da população economicamente ativa. Conhecida como a “Pérola da Região Celeiro”, uma alusão ao grão de soja, que apresenta grande produtividade em suas terras vermelhas, Santo Augusto, de acordo com livros e pioneiros, que contam a história da cidade, e relatórios do Setor de Tributos da Prefeitura Municipal, já chegou a ter muitos empreendimentos expressivos: mais de 200, entre as décadas de 1970 e 1980, dentre os quais várias indústrias (SANTO AUGUSTO, [s. d.]). O ex-professor e o ex-vereador Egmar Umberto de Moraes comenta que a cidade já teve fábricas de refrigerantes, óleo de linhaça, calçados, jeans, farinha, salame, tijolos e bebidas. Também possuiu várias serrarias, já que naquela época existiam muitas árvores na região. Até cinema a cidade teve, entre os anos de

1970 e 1980, cujos projetores e assentos viraram relíquias, e estão expostos no museu municipal.

O desaparecimento das indústrias e de outras atividades que outrora tiveram êxito em Santo Augusto deve-se principalmente à produção agrícola, onde imperaram produções de trigo, arroz, milho e outras culturas, que aos poucos foram cedendo lugar exclusivamente para a dobradinha “soja e trigo”. No final da década de 1970, por exemplo, a cultura da soja gerou uma euforia tão grande, que chegou a ser batizada de “euforia da soja” (BELATO, 1977).

Com a boa produtividade das duas culturas nas terras da região, sem contar as atividades pecuárias, principalmente a leiteira, aos poucos os investimentos foram sendo canalizados para o campo, pelos próprios produtores, e as indústrias desaparecendo. Antes da ampla utilização de agrotóxicos para o combate às pragas das lavouras, ocorriam migrações de muitos trabalhadores rurais para o município, a fim de atuarem principalmente na capina das plantações de soja e trigo, e as atividades comerciais e industriais eram mais diversificadas. E não somente os adultos eram “contratados” para o serviço, como conta Belato (1977, p. 85):

[...] é frequente a contratação de mão-de-obra [*sic*] de crianças que recebiam, em 1974, Cr\$ 5,00 ao dia. A exploração da mão-de-obra [*sic*] familiar e o baixo preço do trabalho assalariado acaba viabilizando, de um lado, uma produção especializada e para o mercado e, de outro, no caso das grandes propriedades, uma crescente acumulação de capital.

Ainda segundo a autora, a cultura de soja e trigo não é viável em qualquer pedacinho de terra, e sim em extensas áreas, o que não ocorria em 93,22% das propriedades rurais de Santo Augusto, naquela época. Por isso, muitos agricultores começaram a se interessar pela compra de terras a fim de ampliar o cultivo. Esse foi o início de um processo de esvaziamento no campo, que se estende até hoje e alavancou um fenômeno sem precedentes na história da região.

Da segunda metade dos anos 1970, até meados de 1990, Santo Augusto, a exemplo de outros municípios próximos, vivenciou um fenômeno semelhante a um que já havia ocorrido na década de 1950 na região: a dispersão de proprietários rurais para outros Estados da Federação. Nos anos 50, conforme explica Belato (1977, p. 74),

[...] a questão foi em decorrência do fato de colonos descendentes de europeus residentes no município terem recebido pequenos lotes de 25 hectares, destinados à produção de subsistência. À medida que as famílias desses colonos foram crescendo, o problema fundiário agravou-se, adquirindo nova dimensão. As propriedades sofreram um processo de esfacelamento, tendo sua área média reduzida. Iniciam-se, neste período, as migrações para o Oeste de Santa Catarina, e Oeste e Sudoeste do Paraná.

Oliveira (2016) conta que mais tarde, de 1970 a 1990, as pessoas vendiam suas propriedades no noroeste gaúcho, e compravam, às vezes, até o quádruplo de terras em outras regiões do Brasil, como Mato Grosso, Bahia, Tocantins, Piauí, Rondônia, dentre outros Estados. Esses fatos foram marcantes na história de toda a região. Não há números específicos sobre esses fenômenos, mas todos os entrevistados nesta pesquisa afirmam que isso significou uma grande perda para os municípios afetados. O historiador Oliveira, por exemplo, vivenciou essa época e acompanhou tudo de perto. Ele acredita que

[...] se esses produtores tivessem aplicado o dinheiro em outra atividade, outro setor no próprio município, e não ir empregar esse dinheiro “lá fora”, Santo Augusto seria imensuravelmente mais rica e próspera do que é hoje. No caso de alguns, o máximo que chegaram a montar foi um pequeno comércio ou um bolicho, que logo quebrou e fechou. (OLIVEIRA, 2016).

Nesse abandono da zona rural, muitos embarcaram na ideia de enriquecer comprando uma quantidade bem maior de terra do que possuíam. O ex-presidente do Sindicato

Rural de Santo Augusto, Eurico Prauchner, ex-Professor e ex-presidente do Sindicato Rural, juntamente com sua esposa Joana, conta que

[...] teve realmente aqueles que enriqueceram, mas que outros foram “a pique”. Isto porque as terras para onde alguns se mudaram, muitas vezes não tinham a menor infraestrutura; nem casa, levando-os a se instalar em barracas e a passar muitas dificuldades. E tanto entre os que obtiveram êxito, quanto os que ainda hoje só fazem para sobreviver, alguns se arrependeram, sentem vontade de voltar, mas já não podem, pelos mais variados motivos. (PRAUCHNER, 2016).

Essa “revolução no campo” continua, pelo menos em um quesito: a venda das terras. Os proprietários, principalmente os pequenos produtores rurais, vendem suas propriedades e abandonam a vida rural, mudando-se para Santo Augusto ou alguma outra cidade, seja em busca de outro tipo de trabalho ou simplesmente para “descansar”. Ervatti (2003) descreve o problema, que ocorre em todo o País, salientando que grandes volumes de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação de urbanização e caracterizando áreas de expulsão e emigração.

Os que partem em busca de algo melhor e não encontram, acabam ficando, às vezes, sem ter nem onde morar. Para amenizar o sofrimento de muitos produtores que se mudavam para a zona urbana de Santo Augusto, mas não encontravam ocupação, na década de 1990, a Prefeitura Municipal, através do Programa Pró-Moradia, construiu 131 casas populares. Porém, conforme informações de alguns entrevistados, as construções acabaram atraindo muita gente de outros municípios, que também passou a viver na cidade, em situação de vulnerabilidade social, praticamente sem opção de emprego ou perspectiva de trabalho. Situação que remete à teoria de Ferreira (1992), de que a população se desloca porque é impelida, coagida por estruturas econômicas, políticas e sociais.

O esvaziamento do campo e a busca por emprego em outras cidades

Apesar da forte representatividade da agricultura no município, a exemplo do que acontece em todo o País, o êxodo rural continua de forma acentuada em Santo Augusto, o qual assiste, apreensiva, aos moradores de sua zona rural indo embora, deixando tudo para trás, em busca de uma vida diferente na zona urbana.

Muitos nem partem em busca de trabalho, como é o caso dos mais velhos, que procuram apenas se aposentar e viver o restante de suas vidas tranquilos, ao lado de amigos e familiares, na cidade. O engenheiro agrônomo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) local, Júlio Cesar Paris, explica que, além deste, há vários outros fatores que contribuem para que isso ocorra, dentre eles, o fato dos agricultores mais idosos não terem a força que tinham antes para a lida do campo; o acesso mais fácil à saúde (postos, clínicas e hospitais); e a questão da segurança no interior, onde os moradores ficam ainda mais vulneráveis a assaltos, que nos centros urbanos. *“Mas tem os que deixam o campo em busca de trabalho na cidade, e acabam se decepcionando por não encontrar ocupação, tendo que se fixar na periferia, muitas vezes em condições precárias, e, por assim dizer, à margem da sociedade”* (PARIS, 2016). Linhares e Silva (1999) ressaltam que o êxodo rural, com seu desfilar de Mazelas agrava e amplia os bolsões de pobreza urbana.

Conforme Estudo de Situação do município de Santo Augusto, realizado pela Emater local, no ano de 2014, a exemplo do que vem ocorrendo no Pampa Gaúcho (RAUBER et al., 2009), observa-se um envelhecimento da população rural, comprometendo a sucessão familiar, as comunidades rurais se deterioram, pela falta de mão de obra. Atividades agrícolas deixam de existir e acontece o aumento da tecnificação, com o uso de máquinas. O fechamento ou abandono de escolas rurais, que ocorre no País desde a década de 1960, faz com que os

jovens acabem trocando o campo pela cidade, impulsionando o êxodo rural. O morador santoaugustense, Prauchner (2016), conta que entre os anos de 1965 e 1980, a Escola Rural de Santo Antônio, distrito de Santo Augusto, possuía, em média, 120 alunos todos os anos, e que nos anos 1980, a escola acabou fechando por falta de alunos. A falta de escolas rurais é um dos motivos que torna a troca do campo pela cidade perfeitamente compreensível, pois muitos querem continuar seus estudos. Mas há vários outros motivos: a difícil situação da agricultura familiar; a falta de cultura e lazer; a falta de influência nas decisões da propriedade; a falta de estrutura nas propriedades e localidades; e o pior: a falta de renda. “Muitas vezes, os jovens são incentivados até pelos próprios pais, por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos” (SILVA et al., 2006, p. 55).

Há poucas décadas, a zona rural do município de Santo Augusto era bastante povoada. Em 1977, pesquisas do IBGE apontavam uma alta densidade demográfica e forte concentração no meio rural no município (72%), mas já havia a ameaça de expulsão dessa população, pela crescente divisão das terras e introdução de implementos agrícolas. E isso, aos poucos acabou acontecendo, até atingir níveis alarmantes como os de hoje. A ex-professora e escritora Teresinha Derosso em entrevista, salienta que um dos bairros da cidade, o “São João” é composto basicamente por retirantes do campo.

Mas os ex-produtores rurais estão por toda parte na cidade. Eles vendem suas propriedades, geralmente para lindeiros ou grandes produtores, e se mudam para a zona urbana, fazendo aumentar cada dia mais os imensos “tapetes” de trigo e soja na região, conduzidos por poucos proprietários rurais. Uma realidade sem muita perspectiva de mudança, porque os programas de incentivo à agricultura familiar são insuficientes para conter o êxodo, e já se perdeu muito da raiz; muitas crianças já nem sabem de onde vêm os produtos. As ações dos órgãos competentes, para tentar conter o êxodo, têm sido insuficientes. (DEROSSO, 2016).

A Tabela 2, a seguir, que apresenta os dados do Censo Demográfico do IBGE entre os anos de 1970 e 2010, mostra o esvaziamento da zona rural do município ao longo do tempo.

Tabela 2 – Populações urbana e rural de Santo Augusto, e as respectivas porcentagens, entre os anos de 1970 e 2010

População do Município	Total	Urbana	%	Rural	%
1970	14812	3531	23,84	11281	76,16
1980	17462	9321	53,38	8141	46,62
1991	17832	9697	54,38	8136	45,63
2000	14426	11044	76,56	3382	23,44
2010	13968	11380	81,47	2588	18,53
Total	78500	44973		33528	

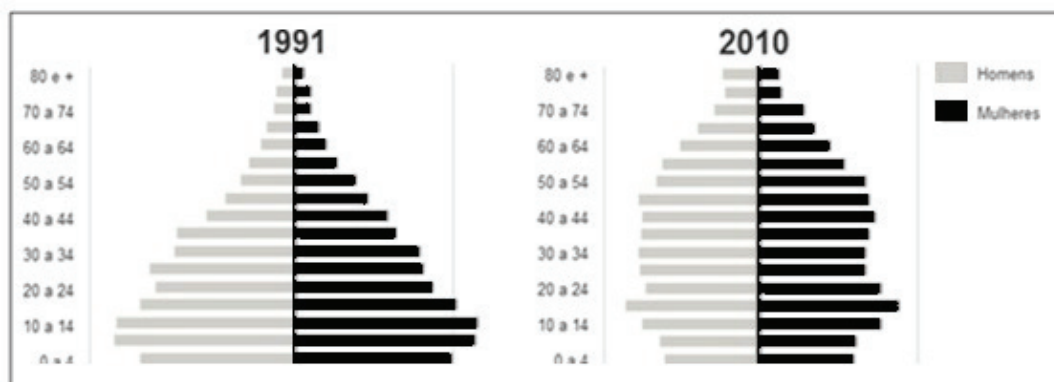
Fonte: IBGE (2010).

E se não há perspectiva de uma vida melhor no campo, os migrantes, também não encontram muita opção na zona urbana. Atualmente, de acordo com dados do SEBRAE-RS, a cidade possui 916 microempresas; as de pequeno e médio portes somam 34 estabelecimentos, e apenas quatro são médias e grandes. A maior indústria é uma fábrica de ração, que emprega 120 pessoas, e a grande maioria das empresas locais são comerciais. A Cooperativa Agropecuária e Industrial de Ijuí (Cotrijuí), Unidade de Santo Augusto, chegou a ter mais de 200 empregados; hoje tem apenas 40 funcionários.

Por estar situada em uma região essencialmente agrícola, grande parte das empresas locais é ligada ao agronegócio, e este setor, obviamente absorve uma boa parcela da mão de obra local. Na sequência, a maior geradora de empregos no município é a Prefeitura Municipal, ocupando aproximadamente 500 postos de trabalho. O volume total de trabalho que a cidade oferece é muito pequeno em face da demanda de mão de obra, o que acaba “empurrando” muita gente, principalmente os jovens, para grandes centros, em busca de ocupação, destacando-se, neste caso, segundo a escritora Teresinha Derosso (2016), Porto Alegre, e Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul; Camboriú e Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Pela Figura 2, percebe-se a diminuição do número de jovens, e o envelhecimento da população, onde, somente nos dez anos que antecederam o último censo do IBGE, a taxa de

envelhecimento, de subiu de 5,98% para 10,22%. As pirâmides etárias do censo de 1991 e 2010 têm estruturas bem diferentes.

Figura 2 – Pirâmides etárias de Santo Augusto nos anos 1991 e 2010



Fonte: IBGE (2010).

A evasão de habitantes em regiões essencialmente agrícolas, como é o caso de Santo Augusto, é muito ruim, como salienta Guilherme (2011, p. 4): “[...] os municípios rurais acabam sendo afetados com a diminuição da população local, diminui a arrecadação de impostos, a produção agrícola decresce e muitos municípios acabam entrando em crise”. A autora ressalta que há casos de municípios que simplesmente deixam de existir quando todos os habitantes deixam a região (GUILHERME, 2011).

Além dos fatos já mencionados, outro fato esclarece como as mudanças no campo afetam também a vida na cidade: “[...] todos os dias, nas décadas de 70 e 80, saíam das vilas de Santo Augusto, quatro ou cinco caminhões lotados de peões, para fazer a capina nas lavouras da região”; contudo, mas com a “[...] modernização da agricultura, quando as máquinas e os herbicidas começaram a ser usados em larga escala nas lavouras, o trabalho dessas pessoas acabou”, conta Prauchner (2016). O uso de insumos e equipamentos modernos na agricultura, “[...] além de ter agravado a questão ambiental, contribuiu para o aumento do desemprego no campo, acarretando o inchaço das grandes cidades e a consequente miséria dessa população” (TEIXEIRA, 2005, p. 39-40).

Tais fatos ocasionaram outro fenômeno migratório desses trabalhadores que ficaram “ao Deus dará” nas cidades. No caso de Santo Augusto, como relata Prauchner (2016), “[...] *praticamente todos foram embora, atrás de qualquer tipo de trabalho, na capital ou nas cidades próximas a ela, dentre as quais, Canoas e Novo Hamburgo*”. E ainda hoje, em épocas de colheitas, muitos moradores do município vão para outras regiões do Estado, como Caxias do Sul e Vacaria, para trabalhar nas colheitas da uva, maçã, morango e outros produtos, permanecendo, às vezes, até meses por lá, participando de todo o processo: colheita, classificação, armazenagem e carregamento. É a migração sazonal, mas, desta vez, “levando” os trabalhadores rurais para outras regiões. “A migração sazonal no Brasil corresponde à principal estratégia de sobrevivência de inúmeros trabalhadores do campo” (CARDOSO; ALVES, 2014). O pioneiro de Santo Augusto, Eurico Prauchner assinala que muitas vezes acontece desses trabalhadores acabarem ficando no local; não retornando mais ao município de origem.

Santo Augusto e praticamente todas as pequenas cidades da região, vivem ou já viveram quase que exclusivamente do atendimento às necessidades do setor agrícola modernizado. Entretanto, justamente por causa da modernização na agricultura, a cidade, apesar de seu potencial agrícola, com um bom número de empresas destinadas a atender as necessidades do campo, tem cada dia mais empresas ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

Pelo fato de ser, sobretudo, a dimensão econômica a mais diretamente associada com a perda populacional (MUELLER, 2017, p. 14); o poder público do município de Santo Augusto, tendo como objetivo o fortalecimento econômico local, começou a aplicar este ano, a lei de incentivo no retorno de 30% do ICMS gerado a mais mediante investimento. De acordo com a Lei Municipal nº 2.776, de 13 de abril de 2017, o imposto de qualquer empresa situada no município deve ser revertido para Santo Augusto, já que antes, este retorno muitas vezes ia para o município onde as empresas realizavam a exportação do que produziam. Logo,

percebe-se que o fortalecimento econômico local propicia novos investimentos e oportunidades para a população. Os órgãos ligados ao setor agrícola que atuam no município de Santo Augusto também têm feito o possível para melhorar as condições de vida dos moradores rurais e, assim, mantê-los no campo produzindo, como estes desejam. Para isso, realizam ações constantes. De acordo com dados da Emater local, o município conta com seis agroindústrias legalizadas e cinco em processo de legalização (EMATER-RS, 2014). Ações de fortalecimento da agricultura familiar ocorrem através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa Mais Água, Mais Renda; *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE); e Programa Municipal da Produção de Leite (associações de produtores de leite, patrulha agrícola, inseminação e comercialização). A Gerência de Planejamento da Emater ressalta que, se não fossem as ações desenvolvidas por esse órgão, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, Cooperativas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal, a situação da zona rural do município estaria muito pior, e que, apesar do ceticismo de algumas pessoas, esses programas representam uma grande esperança de reverter o quadro de abandono do campo na região (EMATER-RS, 2014).

Potenciais alavancas para o desenvolvimento local

A flutuação no número de moradores de Santo Augusto sempre foi uma constante. Contudo, nos últimos anos, o índice populacional vem apresentando certo crescimento (IBGE, 2016; SEBRAE-RS, 2015) que, supõe-se, seja em virtude da educação, pois, ao lado do setor agrícola, esta é a que mais se destaca, pelos reflexos sentidos no comércio local e no próprio desenvolvimento urbano, e a que apresentou maior crescimento nos últimos anos.

Além das escolas estaduais, municipais e particulares, Santo Augusto conta hoje com um câmpus do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), que iniciou as atividades no

município em 2007, como uma unidade do Cefet de Bento Gonçalves, trazendo novas esperanças e um novo ânimo aos moradores. No ano seguinte, a Unidade do Cefet passou a ser um câmpus do Instituto Federal Farroupilha, com reitoria em Santa Maria. Oferecendo Cursos Técnicos e Superiores gratuitos para toda a região, e cerca de 150 empregos diretos (sem contar os funcionários que atuam por meio de contratos), a vinda do IF para a cidade se refletiu em todos os setores; o imobiliário e o da construção civil, por exemplo, tiveram um crescimento repentino, para atender à demanda por novas moradias, necessárias a servidores e estudantes, e o comércio também se beneficiou com a instalação dessa Instituição.

A chegada do Instituto Federal a Santo Augusto representou uma aceleração no crescimento econômico do município. Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB), que era pouco mais de R\$ 202 milhões, saltou para mais de R\$ 300 milhões em 2011, implicando, na verdade, em um salto da qualidade de vida de muitos moradores (IBGE, 2014). E a constante implantação de novos cursos⁴ no IFFar representa um chamariz para novos moradores na cidade. Como observa Lee (1980), vários fatores, dentre eles a educação, podem facilitar ou retardar a migração.

O Instituto Federal, juntamente com a Faixa Faculdades, outra instituição a oferecer cursos superiores na cidade, tem conquistado um bom número de moradores para Santo Augusto, conforme informações dos empresários do setor imobiliário, Jaime Perini e Carmem Perini, que atestam o aumento da procura por imóveis no município, a partir principalmente de 2007, ano da instalação da escola federal de ensino profissionalizante, atual Instituto Federal Farroupilha.

Na área da saúde, Santo Augusto é referência para mais de 40 municípios da região, que se utilizam dos recursos médicos de várias Clínicas e do Hospital Bom Pastor. É um setor por meio do qual muitos acreditam que a cidade irá se sobressair, como, por exemplo, menciona o presidente da Associação Hospitalar, Pedro Marodin, que também é o proprietário do Jornal O Celeiro, que, desde 1970, acompanha e noticia os principais acontecimentos da cidade.

4 Em 2018, terão início na instituição os Cursos de Bacharelado em Administração e Bacharelado em Agronomia, este principalmente, uma antiga reivindicação da comunidade local/regional.

E o turismo é outro viés que pode trazer crescimento ao município. De acordo com informações da Secretaria da Indústria e Comércio, Trabalho e Turismo, há cinco anos, a cidade entrou na Rota do Yucumã, uma região turística formada por 30 municípios gaúchos, cujo principal atrativo turístico é o Salto do Yucumã, no rio Uruguai, que fica na divisa do Rio Grande do Sul com a Argentina. Desde então, algumas mudanças positivas já foram sentidas, inclusive no setor hoteleiro. Santo Augusto conta com dois hotéis, e o potencial turístico do município é grande; certamente pode alavancar seu crescimento, principalmente na questão do turismo rural, onde há propriedades com diversos atrativos.

Novos cursos, novos negócios, novas oportunidades. Assim como quem migra busca progredir, crescer, Santo Augusto está sempre buscando o desenvolvimento, porque as estimativas populacionais são fundamentais para o cálculo de indicadores econômicos e sociodemográficos e são também um dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União na distribuição do Fundo de Participação de Estados e Municípios, o que, de certa forma, pode representar progresso. E, com base nas entrevistas e dados coletados, conclui-se que é essa a mudança que a cidade quer ter.

Considerações finais

A troca de Região, Estado ou País, às vezes, é necessária, principalmente quando se trata de uma questão de sobrevivência ou de melhorar condições de vida precárias, conforme se constatou nos estudos de Grzybovski e Tedesco (2013), ao afirmarem que o migrante é considerado um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar. No Brasil, onde as desigualdades são grandes, de uma região para outra, os fluxos migratórios sempre fizeram parte de sua história, e certamente continuarão ocorrendo; afinal, como afirma Lewis (1963), este é um processo de transferência do excedente populacional associado à própria história do progresso material de um país. De forma traumática ou

tranquila, a mudança é sempre sentida no choque de culturas, nas diferenças climáticas e ambientais, e muitas vezes na saudade insuperável do que ficou, ou dos que ficaram para trás, levando de volta às suas origens quem um dia partiu para outras instâncias. Lechner (2007) descreve o fenômeno como uma experiência que provoca no migrante um deslocamento do sentimento de si, que pode concorrer para o mal-estar existencial ou até mesmo para alguma doença.

No caso de Santo Augusto, com todas as suas “idas e vindas”, em séculos de história e décadas de existência como município, a população já se acostumou a ver muitas chegadas e partidas. Gente que foi em busca de novas oportunidades, gente que chega esperando ser mais feliz, ter uma vida melhor, como coloca Singer (1980), ao mencionar os fatores de expulsão do lugar de origem, e de atração do lugar de destino, destacando que o problema central estaria relacionado com as desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas.

Em época de férias, pelos jovens que trabalham ou estudam em outras regiões, e que vêm para visitar os familiares, percebe-se a legião de moradores que o município poderia ter, mas que apenas engrossa o número de habitantes em épocas pontuais do ano. Isto porque, como coloca Mueller (2017), ao referir-se a jovens de várias localidades do estado do Rio Grande do Sul, que estão deixando suas cidades de origem, “[...] considerando-se o conceito de desenvolvimento tal qual Sen (2000) o concebe, é nítido que os jovens [...] estão evidenciando uma carência de oportunidades reais, ou de restrição de Liberdades no que tange àquilo que eles valorizam e buscam alcançar” (MUELLER, 2017, p. 9). Santo Augusto é uma cidade relativamente tranquila, que já se habituou a viver com seus altos e baixos em termos de produção, população e crescimento.

Como na base dos deslocamentos populacionais, está o desenvolvimento econômico (LEE, 1980), o poder público de Santo Augusto, assim como os órgãos ligados à agricultura, tenta conter o êxodo, nas zonas urbanas e rural da comarca,

com ações que visam ao fortalecimento econômico local, e o incremento das agroindústrias, incentivando os moradores a permanecerem no município.

O estudo esclarece, também, que muitos não veem tanta perspectiva de mudança, mas leva a supor que a maioria dos moradores torce e prefere acreditar que fatos novos surgirão, e que certamente será por meio da educação e da saúde – que já mudaram muito o cenário e os ares da cidade nos últimos anos, devido à adoção de políticas públicas específicas e investimentos em ambas as áreas, do turismo diferenciado ou da própria agricultura, que o município terá o desenvolvimento que tanto almeja.

Por fim, vale lembrar que este trabalho evidenciou apenas o caso do município de Santo Augusto, no Rio Grande do Sul. Entretanto, conforme destaca Mueller (2017), informações contidas em IBGE (2011) revelam que este fenômeno de esvaziamento populacional ocorre em um considerável número de municípios gaúchos, e de várias outras localidades, em outros estados brasileiros. O que demonstra, reforçando a observação do referido autor, a necessidade de se ampliar, em todo o País, o debate sobre as questões levantadas e exploradas acerca do assunto.

Referências

ALVES, Eliseu; MARRA, Renner. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, v. 18, n. 4, p. 5-17, out./dez. 2009.

AMORIM, Felipe. DF, São Paulo e Santa Catarina lideram qualidade de vida entre Estados. 22 nov. 2016. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/11/22/df-sao-paulo-e-santa-catarina-lideram-desenvolvimento-humano-entre-estados.htm?cmpid>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL

DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., set./out. 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008. p. 1-21.

BELATO, Neyta Oliveira. **Mudanças ocorridas no setor urbano em função da modernização da agricultura:** o caso de Santo Augusto (RS). 1977. 185 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1996. p. 53-66.

_____. **Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população:** um breve ensaio além dos números. Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Brasília, 2007.

_____. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes, In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6., 2009, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte: ABEP, 2009. p. 71-93.

CARDOSO, Haroldo Junior Martins; ALVES, Flamarion Dutra. A migração sazonal para a colheita do café em Carmo do Rio Claro/MG. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA, 1., 26-30 maio 2014, Alfenas. **Anais eletrônicos...** Alfenas: UNIFAL, 2014. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Haroldo%20Junior%20Martins%20Cardoso.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTO AUGUSTO. **Número de eleitores do município.** Santo Augusto, 2001.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **População total em 1996.** Disponível em: <http://daleth.cjf.jus.br/atlas/mapas/rs/att/rs_dbf99.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.

DEROSSO, Teresinha. **Pioneira de Santo Augusto,** entrevistada em 2016.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Coleção Debates, v. 77).

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estudo de Situação do**

Município de Santo Augusto, com dados do IBGE, sistematizados pela Gerência de Planejamento da Emater de Santo Augusto/RS. Ano: 2014. EMATER: Santo Augusto, 2014.

ERVATTI, Leila Regina. **Dinâmica migratória no Rio de Janeiro na década de 90**: uma análise mesorregional. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Estatísticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Estatísticas, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2003/leila_regina_ervatti_TV.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

FERREIRA, Janete Aparecida. **O eterno ausente**: estudo com migrantes sazonais. São Paulo. 1992. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

GERMANI, Gino. **Sociologia de la modernization**. Buenos Aires: CLACSO, 1970.

GRZYBOVSKI, Denize; PEREIRA, André da Silva. Desenvolvimento econômico na Região Colonial no Rio Grande do Sul: uma análise histórica das implicações da Constituição Econômica de 1891 nas empresas familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, p. 110-140, set./dez. 2013.

_____; TEDESCO, João Carlos. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 317-324, jan./jun. 2013.

GUILHERME, Nayara Ferro. **Considerações sobre o êxodo rural na cidade de Perobal no Paraná**. 2011. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011.

G1. **Nordeste é região com maior retorno de migrantes, segundo IBGE**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/nordeste-e-regiao-com-maior-retorno-de-migrantes-segundo-ibge.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. 2000. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-santo_augusto.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010** (e estimativas divulgadas em 2014). Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (2014).** 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/centro-oeste-e-a-regiao-com-mais-migrantes-no-pais/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. **Estimativa da população de Santo Augusto em 2016.** 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 24 abr. 2017.

LECHNER, Elsa. Imigração e saúde mental. **Migrações**, n. 1, p. 79-101, set. 2007.

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio Augusto de (Org.). **Migração.** Estudos econômicos. Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil – BNB, 1980. v. 4. p. 89-114.

LEITE, Marcela Barbosa. Heidegger e o fundamento ontológico do espaço. **Diálogos: Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade**, n. 8, p. 178-195, fev./mar. 2013.

LEWIS, W. Arthur. El desarrollo economico con oferta ilimitada de trabajo. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **La economia del subdesarrollo.** Madrid: Tecnos, 1963. p. 333-374.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARODIN, Pedro. **Agente midiático, proprietário do Jornal O Celeiro, e presidente do Hospital Bom Pastor, de Santo Augusto,** entrevistado em 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BELLINO, Ricardo. **O estado dos imigrantes: o 28º estado brasileiro – um mercado de US\$ 50 bilhões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MUELLER, Airton Adelar. O fenômeno do esvaziamento populacional em municípios do Rio Grande do Sul – Brasil sob a lente da Abordagem das Capacidades. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 494-509, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Série Estudos & Análises).

OLIVEIRA, Odilon Gomes de. **Santo Augusto 1815/20 até 1940**. Santo Augusto: Evangraf, 2000.

_____. **Santo Augusto 50 anos**. Santo Augusto: Evangraf, 2010.

_____. **Historiador de Santo Augusto**, entrevistado em 2016.

PARIS, Júlio Cesar. **Engenheiro Agrônomo da Emater de Santo Augusto**, entrevistado em 2016.

_____. **Engenheiro Agrônomo da Emater de Santo Augusto**, entrevistado em 2017.

PRAUCHNER, Eurico. **Pioneiro de Santo Augusto**, entrevistado em 2016.

RAUBER, Cassiane da Costa; BRITO, Andréia Nunes; DENARDIN, Ione Terezinha; RAUBER, Matias Augusto. O esvaziamento do Pampa Gaúcho: uma análise a partir do envelhecimento e da masculinização rural no APA do Ibirapuitã. In: CONGRESSO. DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA. RURAL, 47., 26-30 jul. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-14.

SANTO AUGUSTO. Prefeitura Municipal. **Dados de 2016 e 2017**. 2017. Disponível em: <santoaugusto.rs.gov.br>. Acesso em: 1 maio 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil das Cidades Gaúchas**. São Paulo: SEBRAE, 2016.

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA COMARCA DE SANTO AUGUSTO. Registros de nascimentos. Santo Augusto, ago. 2017.

SILVA, Paulo Segundo e; FILHO, Edimar Teixeira Diniz.; MARACAJÁ, Patrício Borges; PEREIRA, Tadeu Fladiner Costa. Agricultura Familiar: Um Estudo Sobre a Juventude Rural no Município de Serra do Mel – RN. **Revista Verde** (Mossoró – RN – Brasil), v. 1, n. 1, p. 54-66, jan./jun. 2006.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, ano 2, p. 21-43, set. 2005.

TESCH, Renata. **Pesquisa Qualitativa: tipos de análise e ferramentas de software**. New York: Falmer Press, 1990.

TODARO, Michael P. A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 145-172.

TOLENTINO, Nancy Curado. Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano. Instituto Superior de Economia e Gestão. **Socius working papers**, nº 09/2009. Universidade Técnica de Lisboa, maio, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/1884>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

Submetido em: 14/10/2017

Aceito em: 13/12/2017

SANTO AUGUSTO, BETWEEN COMINGS AND GOINGS: ANALYSIS OF MIGRATORY MOVEMENTS OCCURRING IN A HISTORICAL PERSPECTIVE

Abstract

This article aims to analyze the migratory movements that occurred in Santo Augusto, a small municipality in the northwest of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, from its political emancipation in the 1950s until 2017, investigating its constitution, colonization, Population dynamics and internal economy. The migratory phenomenon is contemporary in the studies of the sociological, historical and developmental field; Its origin is both economic and social, and causes changes in the structure of cities and countryside, as well as increase/reduction of the place where one lives. In methodological terms, this is an exploratory and descriptive research developed by the case study strategy. The data collection process is characterized as documentary research and interview, with qualitative data approach. The study shows that, since its existence, the municipality has always presented oscillations in its number of inhabitants; That the public power, as well as the organs related to agriculture, tries to contain the exodus, through actions that aim at the local economic strengthening; And that although many do not see a prospect of change, most residents are reluctant to believe that new facts will emerge in order for the municipality to achieve the development it so desires.

Keywords: Migratory Movements. Rural Exodus. Social Differences. Human Development. Saint Augustine.